

Cássia Coutinho Lucas – EPP

CNPJ 14.487.450/0001-65

Rua Santa Cruz 1408, Pelotas – RS

Fone – 53 – 3025-2592

RECURSO :

Ao Município de Santana do Livramento

Sistema de Previdência Municipal

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

AO (À) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) E EQUIPE DE APOIO

CARTA CONVITE 001/2021

CÁSSIA COUTINHO LUCAS EPP inscrita no CNPJ/MF sob n. 14.487.450/0001-65, com sede na Rua Santa Cruz, 1408 - Centro -Pelotas-RS, vem à presença de Vossas Senhorias, com fundamento nos artigos 3º da Lei n. 8.666/93, artigo 4º, inciso VIII da Lei n. 10.502/02 e artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, apresentar no prazo e forma legais as presentes RAZÕES DE RECURSO, o que faz pelas seguintes situações fáticas e jurídicas adiante elencadas:

SÍNTESE DOS FATOS

1. Trata-se de Licitação, modalidade CARTA CONVITE, tipo menor preço global, tendo por objeto o registro de preços para aquisição de consultório odontológico completo + compressor + instalação, conforme termo de referência - ANEXO 1 do referido edital.

2. A Recorrente participou do referido certame, tendo sua proposta comercial equivocadamente sendo inabilitada, e vem requerer a devida habilitação de sua proposta comercial por estar em total acordo as exigências do edital, conforme será demonstrado no decorrer:

Conforme decisão da comissão permanente de licitações, a proposta apresentada por nossa empresa está em desacordo com o edital, por não constar a seguinte informação : “ Mesa com 4 terminais:”

CCW

Inicialmente esclarecemos que essa característica não consta descrita no edital em seu anexo I, e que o termo constante no anexo em referência, é: "Mesa com 4T."

Gostaríamos de esclarecer que o termo "Mesa com 4T", encontra-se fora de contexto, e de forma conflitante ao que nos foi informado em pedidos de esclarecimentos anteriores a fase de abertura, e também em desacordo com o solicitado pelo profissional CD. que fará uso do equipamento.

Conforme descrito em seu próprio edital no anexo I, logo após ao termo "Mesa com 4T", segue a informação que é fundamental para o exato atendimento ao que está lançado no edital:

"2 MANGUEIRAS BORDEN, E 1 SERINGA 3F C/MANGUEIRA." – vejam que o total é de 3 terminais.

Observem que foi solicitado apenas 3 terminais, os quais estão devidamente identificados como sendo: 2 terminais com mangueiras borden, e um terminal com mangueira e seringa 3F, sendo exatamente isso que contemplamos em nossa proposta comercial.

O termo utilizado no descritivo do edital ("Mesa com 4T"), serve apenas como referência para que os licitantes elaborem suas propostas, e nesse caso, o significado de mesa com 4t, é que a mesa do equipo tem espaço para até 4 terminais de acordo com a necessidade de cada cliente, e no caso em questão, o que foi realmente solicitado, é um equipo com 3 terminais na mesa, e essa é a característica técnica e funcional a ser atendida.

Este tipo de divergência de informações, é muito comum em processos licitatórios, pois normalmente a pessoa responsável pela elaboração do processo de compra, não detém conhecimentos suficientes para tal, e busca informações em sites de fabricantes, usando, muitas vezes, o artifício de copiar e colar descritivos de equipamentos, retirados de sites na internet.

Esclarecemos ainda que o equipamento ofertado em nossa proposta, além de atender na íntegra o objeto do edital, ainda é superior ao solicitado, pois possui mesa 5t (para até 5 terminais), o que poderia ter sido certificado através de uma simples diligência, como a lei lhes permite, pois todas as informações pertinentes ao equipamento estão disponíveis para consulta (diligências) no site da empresa: <https://loja.dabiatlante.com.br/>.

3.- Requeremos, também, que sejam inabilitadas as propostas financeiras apresentadas pelas empresas abaixo, por estarem em desacordo com o edital, conforme segue:

EMPRESA:

- COSTA E BECKER COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ 24.854.500/0002-30, por deixar de constar em sua proposta comercial, itens solicitados no ato convocatório em seu anexo I, conforme elencado:

Não constam na proposta comercial da empresa Costa e Becker, conforme solicitado na cláusula 4 do edital - Proposta de preços, os seguintes itens:

"4.1 A proposta deverá ser apresentada de forma legível e devidamente identificada (por carimbo

CB

ou papel timbrado ou equivalente) e assinada, devendo conter as seguintes informações"

" b) O item a ser licitado conforme objeto especificado de forma clara e completa com os serviços a serem prestados "

" c) Declaração de que está ciente de todos os fatos, dos requisitos, data de entrega e condições da proposta apresentada assinada pelo responsável da empresa ou equivalente ou preposto * devidamente identificado conforme o caso."

- " Parágrafo único- Caso não tenha assinatura do responsável, na proposta ou declaração, a empresa será desqualificada."

"4.2 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias a contar da data de entrega dos envelopes."

- Após analisar a proposta comercial da empresa Costa e Becker , verifica-se que a mesma deixa de cumprir os itens exigidos no edital, ao não apresentar: a marca e o modelo do equipamento ofertado , ao não apresentar o número de registro ANVISA do equipamento ofertado, ao não constar na proposta comercial a data de validade da proposta, e também por deixar de apresentar a declaração de ciência de todos os fatos, conforme solicitado no edital, devendo assim ter sido inabilitada a proposta da empresa .

EMPRESA


- CALMED DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELL CNPJ 30.644.818/0001-08 .

Inicialmente , foram anexados por essa empresa, dois documentos identificados como Proposta Comercial, o que vai contra a todos os princípios licitatórios, e já seria o suficiente para a inabilitação das propostas comerciais apresentadas pela empresa.

Ressalta-se que, após a abertura do envelope 02 (proposta comercial) e análise da proposta financeira da empresa CALMED DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELLI – inscrita no CNPJ sob o nº 30.644.818/0001-08 quanto à aquisição do consultório odontológico + compressor+ instalação (Lote único), verifica-se, também, que o equipamento ofertado pela Licitante não preenche integralmente as condições estabelecidas no edital, o que leva à sua inabilitação, conforme será demonstrado adiante.

4 MÉRITO

O presente recurso tem por objeto requerer a invalidação/nulidade dos atos administrativos praticados pela Ilustre Comissão, em vulneração direta dos princípios previstos no artigo 3º, da Lei 8.666/93, em especial aqueles atinentes à legalidade, impessoalidade, finalidade, além da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.



5. Conforme o solicitado no ato convocatório (Anexo I), sobre a especificação do equipamento, constata-se que Conjunto odontológico Magnus Prime ofertado na proposta comercial da empresa CALMED, não possui equipo com braço articulado como solicita o edital em seu anexo I, pois está claramente escrito na proposta da empresa, em letras maiúsculas "Equipo odontológico PRIME CART, cart móvel ...", ou seja, o equipo da cadeira é modelo CART MÓVEL, e também, não fosse o suficiente, os acessórios oferecidos na tentativa de poder atender ao descritivo do objeto desta licitação, não fazem parte do registro de produto na ANVISA.

Acessórios oferecidos em desacordo com o registro:

Refletor de LED 5 lâmpadas – Não consta no registro do equipamento

Mesa do equipo com duas bandejas com bordas – Não consta no registro do equipamento

Puxadores Laterais para mesa do equipo – Não consta no registro do equipamento.

6. Ocorre que o equipamento ofertado pela Licitante vencedora, está em desacordo com o registro da ANVISA e não atende os referidos requisitos lançados no Edital, que por certo são indispensáveis à funcionalidade do equipamento para os fins a que se destina.

7. Vejamos ponto a ponto.

8. De início, o conjunto odontológico Magnus Prime, está registrado na ANVISA sob o número 80349600007, conforme consta na proposta comercial da empresa Calmed.

9. Ainda sobre os pontos destacados, realizando diligência aos manuais do fabricante junto ao site da ANVISA, CONSULTANDO NÚMERO DO REGISTRO, verifica-se que o produto cotado não possui as características solicitadas no ANEXO I – Termo de referência do edital.

De acordo com o registro de produto, o equipamento MAGNUS PRIME, possui a seguinte composição:

- Refletor HL 100 - Led monofocal, e não consta no registro de acessórios e peças que acompanham/integram o equipamento (CADASTRO DE EQUIPAMENTO CLÁUSULA 3.1.8), a opção de refletor com 5 LEDS, conforme consta na proposta.

- A mesa do equipo possui APENAS a opção de puxador Frontal, e bandeja única simples, sem bordas. O edital pede duas bandejas com bordas, e Puxadores Laterais.

cu

- Verifica-se também , que o compressor de ar oferecido pela empresa Calmed , modelo Air 45 , não consta no rol de produtos do fabricante . Conforme consulta no site da empresa, constata-se que os modelos comercializados pela empresa , são : PRIME AIR 120 , PRIME AIR 40, PRIME AIR 50 , E PRIME AIR 65.

10. Ressaltamos o fato de que todos os equipamentos odontológicos disponíveis no mercado devem ser fiscalizados e fabricados dentro das normas estabelecidas pela ANVISA, diante da manutenção de seu registro válido, e de acordo com determinações técnicas dispostas nas Normas NBR ISO determinadas, portanto qualquer produto ofertado em desacordo com o registro da ANVISA (ADULTERADO) é totalmente irregular e NÃO pode ser comercializado em Território Nacional.

11. Não fosse a imprescindibilidade das características acima mencionadas, as quais não estão disponíveis no equipamento cotado pela Licitante Calmed (consultório Magnus Prime), há de se ressaltar o disposto na Lei de Licitações.

12. Ora, por certo que a vinculação da Administração ao Edital é uma segurança para o próprio interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina a observância às regras por ela própria lançadas no instrumento convocatório.

13. Em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação estrita aos termos do Edital, em prestígio ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, conforme prescreve o artigo 41 da Lei nº 8.666/93:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

16. De mesma forma dispõe o artigo 55, inciso XI do mesmo diploma legal:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI – a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigível, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

14. Segundo Lucas Rocha Furtado, o instrumento convocatório:

“é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. (FURTADO, Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416)

15. Neste sentido é o entendimento do STF (RMS 23.640/DF):

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apocrifia, a inexistência do documento. 2. Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência. 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso.

16. Da mesma forma o STJ se manifestou diversas vezes, como exemplo o Recurso Especial nº 1.178.657, vejamos:

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma escoreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital

cu

prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes.

17. Extrai-se assim que o descumprimento de qualquer regra disposta no edital deverá ser reprimido, posto que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e o Licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital.


18. Desta forma, o Licitante que deixa de cumprir com todas as regras estabelecidas no Edital, deverá ser inabilitado.

19. Ainda porque, se não o fosse, revelaria-se como transgressão ao princípio constitucional do tratamento isonômico entre os Licitantes, o qual é garantido pela Lei nº 8.666/93, através do artigo 3º, vejamos:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

20. Por sua vez, Hely Lopes Meirelles ressalta que "o edital é a lei interna da licitação e vincula inteiramente a Administração e os proponentes".

21. Assim, quando a Administração estabelece as condições para participação do certame, os interessados deverão apresentar suas propostas estritamente com base nos elementos nele constantes.



22. In casu, as propostas em questão, inobservaram as condições previamente estabelecidas e, em caso de habilitação das mesmas, estarão burlados os princípios mais basilares dispostos na Lei de Licitações.

23. Ademais, há de se ressaltar que a convalidação deste vício transgrediria precipuamente o princípio da igualdade entre os licitantes, uma vez que a Recorrente se ateve aos termos do edital, estando prejudicada por aquela que o desrespeitou.

24. Desta forma, conclui-se que deve haver integral observância à vinculação ao instrumento convocatório, sob pena de afronta ao próprio princípio da segurança jurídica.

25. Do contrário, permitiriam-se inúmeras alterações dos critérios de julgamento e da própria execução de seu objeto, perpetuando-se total insegurança de seus termos, motivo pelo qual a interposição do presente Recurso Administrativo e seu consequente provimento é a medida que se impõe.

REQUERIMENTOS:

Ante o exposto, é o presente para:

Requerer-se, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, o provimento do presente recurso, para que seja anulada a decisão em apreço, declarando a empresa Cássia Coutinho Lucas – EPP CNPJ 14.487.450/0001-65 habilitada para seguir no pleito, e as empresas Costa e Becker CNPJ 24.854.500/0002-30, e CALMED CNPJ 30.644.818/0001-08, inabilitadas para prosseguirem no pleito, uma vez que as propostas ofertadas pelas referida Licitantes, se encontram em dissonância aos termos do ato convocatório e, ainda, em prestígio dos princípios basilares consagrados no art. 3º, da Lei n. 8.666/93 e artigo 37 da Constituição da República

Pelotas, 15 de Junho, de 2021.

CASSIA COUTINHO LUCAS

-EPP-

CNPJ: 14.487.450/0001-65

Cássia Coutinho Lucas

Cássia Coutinho Lucas

CPF 817.696.280-53